

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.611.540 - RJ (2016/0175497-7)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADOR : RODRIGO ALTENBURG ODEBRECHT CURI GISMONDI E**  
**OUTRO(S) - RJ157228**  
**AGRAVADO : JOSÉ DA SILVA GOMES**  
**ADVOGADO : CARLOS ALEXANDRE FRANCA MOTHE E OUTRO(S) - RJ096093**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão, assim ementada (fl. 156, e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. NÃO OCORRÊNCIA. CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. NÃO ALTERADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR. SIMPLICIDADE DA DEMANDA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

O município agravante alega que a hipótese dos autos requer seja superada a aplicação do óbice da Súmula 7/STJ, tendo em vista a irrisoriedade da verba honorária, fixada em R\$ 300,00 (trezentos reais).

Sem impugnação.

É o relatório. Decido.

Diante das argumentações trazidas, exerço o **juízo de retratação** facultado pelo art. 259 do Regimento Interno desta Corte, para tornar sem efeito a decisão de fls. 156/159, e-STJ.

À Coordenadoria para as providências cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator